

SEMINA

Revista dos Pós-Graduandos em História - UPF

Artigos Livres

Volume 20 | Número 3 | set-dez/2021

Edição eletrônica

DOI: 10.5335/srph.v20i3.13145

ISSN: 2763-8804

Organização

Jênifer de Brum Palmeiras

Tiara Cristina Pimentel dos Santos

Direitos dos robôs

Nas palavras de David Gunkel¹

Entrevista concedida a:

Cleberon Henrique de Moura²  

Alex da Silva Martire³  

Leonardo Ogassawara de Araújo branco⁴  

DOAJ
DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

OPEN  ACCESS

Google Scholar

¹ Esta entrevista foi realizada no dia 19 de junho de 2020. Originalmente, foi realizada em formato de vídeo, em língua inglesa e publicada na plataforma *YouTube* (conforme disponível em <https://youtu.be/8PAxjvPV9lo>). O texto aqui apresentado resulta de um trabalho de tradução de idioma, transcrição e textualização a partir das falas originais, de modo a transformar a presente entrevista, sob a forma de texto, em um outro produto documental.

² Licenciando em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE-USP) e servidor técnico do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP). E-mail: cleberon.moura@usp.br.

³ Pós-doutorando em Arqueologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutor e Mestre em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP). E-mail: alex.martire@usp.br.

⁴ Doutorando e Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FD-USP). Graduado em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (MACKENZIE). E-mail: leonardo.branco@usp.br.

Referência

MOURA, Cleberson Henrique de, MARTIRE, Alex da Silva, BRANCO, Leonardo Ogassawara de Araújo. Direitos dos Robôs nas palavras de David Gunkel. **Revista Semina**, Passo Fundo, vol. 20, n. 3, p. 206-219, set-dez/2021. Semestral.

Recebido em: 15/11/2021 | **Aprovado em:** 30/11/2021 | **Publicado em:** 28/12/2021

Considerando que as tecnologias digitais não se limitam a bits e bytes, assim como a arqueologia consiste em uma área do conhecimento que não se limita ao passado remoto, o grupo de pesquisa ARISE (Arqueologia Interativa e Simulações Eletrônicas) apresenta uma entrevista com David J. Gunkel, professor do departamento de Comunicação da Universidade de Northern Illinois (EUA), na qual a conversa aproxima a arqueologia e o digital situando-os no tempo presente por meio de uma conversa sobre direitos dos robôs. Nesta entrevista, Gunkel, referência para muitos pesquisadores, fala sobre ética, inteligência artificial, robótica, entre outras temáticas. Normalmente, no campo da Arqueologia, esses temas não são muito comuns entre seus pares, no entanto, dada sua estreita relação com a cultura material das sociedades e a importância dos artefatos digitais atualmente, cada dia mais tem se tornado essencial analisar todos os aspectos sociais, econômicos e filosóficos relacionados à cultura material do presente, bem como pensar a cultura material produzida por esses seres artificiais vivos. Nesta conversa, Gunkel sustenta a discussão sobre o surgimento da temática sobre personalidade jurídica e direitos dos robôs ao fazer um paralelo com as origens de atribuição da personalidade jurídica das empresas e das corporações.

Entrevista

[Entrevistadores] Professor, poderia nos contar sobre sua carreira acadêmica e como os seus interesses por Inteligência Artificial e direitos dos robôs começaram?

[David Gunkel]: Claro. Há algumas maneiras de descrever esse tipo de trajetória, mas me deixe tentar essa: quando graduando, comecei a ter algumas aulas de filosofia na Universidade, e um dos primeiros indivíduos aos quais fui exposto, foi um homem chamado Jim Chaney, que era um líder em Ética Ambiental. Naquela época, este era um campo muito novo que estava desenvolvendo, e ele estava na linha de frente desse trabalho. Eu não tinha inclinação para estudo de Ética Ambiental, nem estava no meu radar, não era parte do que eu me interessava, mas eu frequentei as aulas e descobri que isso abriu um leque de questões sobre como a humanidade define a si mesma como o centro do universo, toma decisões sobre quem é considerado o outro sujeito e define o que é um mero objeto. E um dos motivos pelo qual nos encontramos nessa Era que denominamos Antropoceno é porque

marginalizamos um grande número de entidades que nos cercam - principalmente animais e ambiente - tornando-as dispensáveis, que poderíamos apenas utilizá-las, que não as possuímos, ou algo assim. E nos encontramos nesse momento em uma crise quando olhamos para a mudança climática e uma série de outras mudanças globais que nos mostram que o modo de decidir está partindo o mundo, dividindo entre "quem *versus* o que", "sujeito *versus* objeto", criando algumas injustiças que realmente nos afetam agora no século 21. Então, dessa experiência da graduação, pulo para o meu trabalho de pós-graduação em Filosofia, e sou exposto aos escritos de Emmanuel Levinas e Derrida, além de pessoas escrevendo sobre Ética da Alteridade. Então, comecei a ligar os pontos e perceber que a Ética Ambiental foi uma grande inovação no fim do século 20, mas agora somos confrontados com formas de vida artificiais, robôs, inteligência artificial (IA), sujeitos sociais que são similares a nós - que podem usar a linguagem, que podem interagir conosco - mas eles não são humanos, correto? São alguma outra coisa. E, talvez, estejamos em uma posição de pensar sobre nossas responsabilidades em relação a essas outras entidades. Dessa forma, tomei o trabalho que fizem em Ética Ambiental e disse: - Ok, podemos pegar isso agora e direcionar para o pensamento sobre artefatos, sobre cultura material, sobre tecnologia? E foi assim que cheguei aqui, com meu trabalho nesse campo.

[Entrevistadores]: Você tem muitos trabalhos publicados sobre Inteligência Artificial e robôs. Poderia, então, explicar quais são as principais características da IA e Robótica?

[David Gunkel]: Essa é uma pergunta ampla e há várias maneiras de respondê-la, mas darei um panorama. No campo de Inteligência Artificial, nós geralmente dividimos naquilo que é denominado "IA à moda antiga" e "Aprendizado de Máquina". IA à moda antiga é o tipo de IA que as pessoas faziam nos anos 1960, 70 e 80, que consiste em utilizar raciocínio simbólico para tentar emular os processos de pensamento humano ou capacidades de decisões humanas, em um programa de computador ou um robô. A coisa mais recente com a IA, que recebeu bastante atenção, é o Aprendizado de Máquina e Redes Neurais. São aplicações em que você não necessariamente diz à IA o que ela pode ou não fazer, mas você está configurando uma Rede Neural que é uma espécie de sistema de reconhecimento estatístico de padrões. A Rede Neural é treinada com dados e, depois, o algoritmo extrai os padrões de dados para reconhecer fotografias, classificar obras de literatura ou o que você quiser. Estamos em um momento da História em que as Inteligências Artificiais que estamos criando não são necessariamente coisas que os engenheiros controlam. Se pensar na IA do *AlphaGo*⁵, da *Deep Mind Technologies*⁶, os engenheiros que a construíram não são *experts* no jogo do

⁵ Programa de computador capaz de jogar o jogo de tabuleiro chamado *Go*.

⁶ Empresa que desenvolveu o *AlphaGo*, na época, e foi adquirida pela *Google* posteriormente.

Go, correto? Eles eram apenas engenheiros e, de fato, nem sabiam quais movimentos o *AlphaGo* faria contra Lee Sedol⁷ naquele famoso conjunto de partidas que jogaram um contra o outro até que o *AlphaGo*, de fato, fizesse algo. Isso porque o *AlphaGo* derivava suas decisões a partir da análise de um número de pedaços de dados, sejam dados provenientes de jogos anteriores que jogadores humanos jogaram e gravaram, seja jogando contra si mesmo e evoluindo suas capacidades. Isso é só um jogo, e não é grande coisa porque é só um jogo de tabuleiro. Mas o que acontece quando você coloca esse tipo de capacidade de decisão em um carro automatizado e ele toma uma decisão que resulta em um acidente? Quem é responsável pela decisão daquele algoritmo? De um lado, você pode dizer: - Bem, o engenheiro deveria ser o responsável, porque ele o construiu. Mas os engenheiros podem dizer: - Bem, nós não o desenvolvemos para fazer isso. Um bom contraponto ao exemplo do *AlphaGo* é o *bot* de conversa chamado *Tay*. Ele era um *bot* de conversa online que aprendia como se comportar online a partir da interação com outros usuários no *Twitter*, *Kik* e *GroupMe*. Os engenheiros da *Microsoft* o construíram e disseram: - Quer saber? Vamos colocá-lo online, ele vai aprender como interagir com as pessoas ao observar como elas interagem, e aprenderá a partir desses comportamentos. Bem, alguns usuários viram que esse era um *bot* que usava capacidades de aprendizagem e começaram a tuitar racismos, sexismos e propaganda nazista para o *bot*. Então, em 24 horas, o *bot* começou a também tuitar discursos racistas, sexistas e de ódio. A *Microsoft* afirmou: - Nós não o desenvolvemos para fazer isso! Ele desenvolveu esse comportamento baseado nos dados que lhe foram dados. Assim, você pode ver que essas novas formas de IA não necessariamente estão em uma posição de estarem aptas a controlar tudo o que elas fazem, de modo que, às vezes, são surpreendidas com algo bom, como o *AlphaGo*, ou ruim, como o *Tay*. Mas o fato é que você tem algoritmos que agora estão exercendo papéis em nosso mundo social que vão além da simples ferramenta ou instrumento que pensamos quando falamos sobre computadores e como são utilizados.

[Entrevistadores]: Professor, na Arqueologia lidamos muito com a questão da agência. Temos a agência dos homens na sociedade, bem como a agência dos objetos, dos artefatos e dentro dessa sociedade. A agência de um objeto é capaz de mudar a nossa relação humano-humano, enquanto que a agência do objeto sobre o humano também pode mudar ao longo do tempo. O que seria a agência do ponto de vista dos seres artificiais? Você acredita que a agência dos robôs e da Inteligência Artificial podem moldar nossas relações com as máquinas e entre nós mesmos?

⁷ Em 2016, o *AlphaGo* foi avaliado por meio de um conjunto de 5 partidas disputadas entre um supercomputador e o sul coreano Lee Sedol - considerado o melhor jogador de Go da história - em um evento denominado *Google DeepMind Challenge Match* ocorrido em Seul (Coréia do Sul).

[David Gunkel]: Essa é uma boa pergunta. Realmente gostei dela porque vai no cerne do que realmente está em jogo aqui. Normalmente, pensamos sobre a tecnologia como ela sendo um instrumento ou ferramenta, como uma chave de fenda ou martelo. Sabemos que, ao se ter um instrumento ou ferramenta, é um pouco sem sentido culpá-lo por algo dar certo, não dar certo ou creditá-lo por algo correto. Nós temos uma frase em inglês: "Um carpinteiro ruim critica suas ferramentas.". Se um carpinteiro constrói algo para você que é uma porcaria, é porque o carpinteiro não sabe o que está fazendo, não é problema com a chave de fenda ou o martelo. E isso é chamado Teoria Instrumental da Tecnologia, uma antiga ideia sobre como entendemos nossas ferramentas ou nossos artefatos; ideia que remete a Platão. Considero uma boa formulação à questão de Heidegger sobre a tecnologia colocada em um ensaio por ele publicado⁸. Até recentemente, isso funcionou bem. Tínhamos sistemas de computadores, mídias online, aplicações etc., que utilizamos e entendemos como ferramentas. No entanto, conforme vamos avançando na IA e robótica - como o *AlphaGo* e o *Tay* - e alguns outros objetos e dispositivos que nos cercam agora, a questão da agência se torna um pouco menos firme, um pouco mais questionável onde está localizada. Como mencionei, aquele exemplo do *AlphaGo*, quando pediram aos engenheiros para explicarem porque o *AlphaGo* podia derrotar um jogador humano nesse jogo super complexo (há mais movimentos disponíveis nele do que átomos no universo, e essa é a complexidade do jogo), os engenheiros disseram: - Bem, não sabemos. E se você tentar atribuir agência considerando os engenheiros falando "não sabemos" é um pouco inquietante, pois geralmente é a essas pessoas a quem atribuímos o papel da agência. Então, eu acho que estamos em um momento agora em que temos um novo leque de questões relacionadas às nossas tecnologias. Nossas tecnologias estarão aptas a ser utilizadas como ferramentas, entendidas como ferramentas, e estaremos aptos a atribuir agência como fizemos com ferramentas passadas, ou estaremos - como você pontuou - em uma posição agora de enxergar a possibilidade de que pode haver alguma agência no objeto, de modo que possa haver alguma agência pertencente ao objeto que complique a atribuição da agência? De um lado, isso soa interessante, ao menos filosoficamente, mas quando você pensa em termos de prática social e leis, isso se torna realmente complicado porque, na lei, as questões são: Quem é o responsável? Quem é punível? Quem irá pagar a multa ou será punido por algo que deu errado? E você pode imaginar uma corporação usando a agência da máquina como um meio de tentar se esquivar da responsabilidade que têm. Já observamos esse problema com a corporação. As corporações são reconhecidas como pessoas legais / jurídicas - ao menos na maioria das leis internacionais - elas têm os direitos das pessoas, são reconhecidas como pessoas legais / jurídicas; e essa é uma decisão que envolve práticas legislativas e legais no século 19. A razão para existirem é que elas isolam os acionistas da responsabilidade por algo que a corporação

⁸ C.f. Heidegger (1977).

faça incorretamente. Então, se a IBM é uma pessoa legal/jurídica, que pode ser responsabilizada por suas ações além de seus acionistas, poderia uma IA criada pela IBM, como o *Watson*⁹, também ser responsável por suas decisões além da corporação que a construiu? Acho que essa é a questão que realmente estamos focando conforme adentramos nas próximas uma ou duas décadas.

[Entrevistadores]: Seria possível dizer que a ética pressupõe uma escolha. Tubarões não escolhem nadar; é da sua natureza. Por isso, um lobo que ataca uma criança não merece julgamento ético. O agir ético ocorre conforme uma moral (valores). Daí, a famosa afirmação de Karl Marx de que uma aranha executa operações que se assemelham às manipulações do tecelão, e a construção perfeita das colmeias poderia envergonhar mais de um mestre de obras, mas há algo em que o pior mestre de obras é superior à melhor abelha: antes de executar a construção, ele a projeta em sua mente. Considerando que o mundo que nós temos resulta das nossas escolhas e o defeito da abelha é ter nascido sabendo, tenho duas questões: Você falou sobre o *chatbot* da *Microsoft*, então o ato de conversar com a máquina como se fosse um humano ainda é o teste para se constatar a consciência ou é necessário algo mais? Quando as máquinas começarem a decidir baseadas em valores morais, elas estarão entre a miséria e o milagre do humano, a meio caminho entre os animais e os deuses, elas se tornarão responsáveis por seus atos e decisões?

[David Gunkel]: Sim, ambas são questões muito boas. A primeira é realmente sobre o que Alan Turing chamou de o jogo da imitação, citado em seu artigo (TURING, 1950), onde disse: - Nós queremos saber se máquinas podem pensar. No entanto, essa questão é um tanto absurda porque nem sequer sabemos se nós pensamos, pois não sabemos como definir ou caracterizar o pensar de uma maneira que todos concordem. Então, ele propõe mudar a questão e, assim, a forma como nós saberemos se uma máquina pode pensar é saber se ela é capaz de exibir comportamentos que geralmente atribuímos à inteligência ou à consciência. Para ele, o teste é uma interação conversacional. Seu "Teste de Turing" - como nós chamamos agora - consiste em envolver um programa de computador e um ser humano em uma conversa e, então, se você não pudesse julgar quem era quem (computador ou humano), aquele computador passaria no Teste de Turing. Esta é uma antiga história de referência para a Inteligência Artificial e a pergunta do Leonardo é: esta é ainda uma boa referência? Usar uma linguagem é ainda uma boa referência para a consciência? Por um lado, sim, na medida em que desde os tempos dos antigos gregos a forma como definimos o ser humano é "o animal usando linguagem", ou seja, a linguagem tem sido o caminho para definirmos nossa

⁹ *Watson Assistant* é um software/serviço na forma de um assistente virtual inteligente (*chatbot*) com capacidade de aprendizagem desenvolvido pela IBM.

própria inteligência. Pense nisso dessa forma: como você sabe se uma pessoa que você encontrar na rua é inteligente? Você está andando na rua e vê alguém. Como você sabe que aquela pessoa é uma outra pessoa como você, com uma mente interna, estados de espírito, inteligência e consciência? Você não sabe se apenas a olhar. Você deve se envolver com ela e, assim que fizer isso e começar uma conversa, você percebe que ela deve ser uma pessoa inteligente, porque ela está falando comigo. Eu posso pegar, por exemplo, um livro e fazer uma pergunta a ele: - Sobre o que você é? Ele não me responde. Então, eu posso assumir que este é um objeto idiota, pois ele não inicia uma conversa. Se eu fizesse o mesmo com você, eu esperaria que você me respondesse. Assim, eu suponho ou conjeturo que você também é uma coisa viva pensante como eu. Portanto, a partir dessa perspectiva do Teste de Turing ainda temos uma orientação muito boa na literatura e na forma como falamos sobre inteligência. Porém, as pessoas realmente desafiam sua efetividade, pois o fato é que nós possuímos objetos realmente idiotas que podem falar conosco: nós temos a *Siri*, temos a *Alexa* e a *Cortana*¹⁰. Nós temos diversos *chatbots* que são capazes de basicamente passar no Teste de Turing, mas se você sabe algo sobre a programação dessas coisas, verá que são apenas um monte de linhas de códigos. Realmente não há inteligência qualquer que seja. Isso depende apenas de simulações de conversas. Então, a partir dessa perspectiva, o Teste de Turing se torna frustrante, pois nós já criamos máquinas que usam linguagem e, ainda assim, elas não são necessariamente conscientes ou inteligentes; independentemente de como definimos esses termos. Essa é a primeira resposta. A segunda pergunta tem a ver com responsabilidade e capacidade de resposta. Este é um ponto que creio que Paul Ricoeur traz em seu trabalho. Ele é um filósofo francês do século 20 que diz que nossa palavra "responsável" significa "capaz de dar uma resposta", "capaz de responder por algo". Quando nós demandamos responsabilidade estamos pedindo que alguém assuma a responsabilidade de responder pelo que acontece. Normalmente, quando estamos eu e você, e nós fazemos algo, as pessoas nos pedem para prestar conta de nossas ações: por quê vocês fizeram isso? O que levou vocês a pensarem dessa forma que fez com que vocês realizassem ou não aquela ação? Você pode pensar em um tribunal. O que acontece em um tribunal durante um julgamento criminal é que você está tentando encontrar a intenção por trás do crime, a motivação. Pedindo ao acusado que dê uma resposta pelo que ele (a) fez ou não. Quando se trata de um algoritmo, quem pode responder por ele? Esta é uma pergunta muito importante, pois se você perguntar ao algoritmo, ele não te dará nenhuma resposta. Ele não te contará nada. Porém, existem esforços no mundo da Inteligência Artificial para começar a projetar algoritmos que sejam capazes de responder, que sejam responsáveis, no sentido de se autoexplicar. Esse é um movimento em direção à transparência, para que os algoritmos sejam capazes de serem explicáveis e para que eles próprios possam precisar explicar seu

¹⁰ Assistentes inteligentes produzidos, respectivamente, pelas empresas *Apple*, *Amazon* e *Microsoft*.

processo de tomada de decisões. Agora, quando isso realmente se tornar uma responsabilidade da forma como a entendemos, eu não saberei qual é a resposta para essa questão, mas eu sei que esta será uma questão sobre a qual cientistas sociais, filósofos e mesmo estudiosos do Direito começarão a pensar porque precisamos que alguém seja responsável por tomar a responsabilidade pelas ações dos algoritmos, que, em muitos casos, não pode responder por si mesmo. Assim, em um nível social, a questão é sobre quem é capaz de responder pelo que o algoritmo faz. Recentemente, foi lançada a série *Star Trek: Picard*, que tem como ponto de partida a discussão da série *The Next Generations* questionando se Data, o andróide, é um ser dotado de direitos, se é responsável (no sentido que você falou), ou uma propriedade da *Starfleet*. A discussão é bastante recorrente na ficção científica, seja em filmes, como *Blade Runner*, ou jogos, como *Detroit: Become Human*. Com o avanço da IA, cada vez mais os robôs adquirem autonomia em relação aos seus proprietários e criadores, o que remete à questão sobre a quem caberia atribuir direitos e deveres. Essa discussão é muito parecida com as origens de atribuição da personalidade jurídica das empresas e das corporações. Conforme mais independente se tornou a administração e a direção das grandes corporações, passou a fazer sentido a atribuição de personalidade jurídica e tratamento em separado para as empresas em relação aos seus acionistas, nas mais diversas áreas do Direito. Talvez, por isso, no exterior existam empresas que são tratadas como “entidades transparentes” (uma espécie de “braço” do próprio sócio) e outras como “corporações” (entidades autônomas e independentes em relação aos acionistas) para fins fiscais, por exemplo. Quem critica a personalidade jurídica do robô geralmente defende que ele atua em prol do seu proprietário ou do seu criador, mas com o avanço da IA isso pode não ser verdade, ele pode tomar as próprias decisões. No entanto, mesmo quando falamos de corporações gigantes com administração independente, ainda que a ideia seja maximizar resultados dos acionistas (isto é, atuar em prol dos “donos”), ninguém questiona a existência de uma entidade jurídica em separado. Eu poderia pensar algo semelhante para os robôs? Acho que essa é a questão operativa conforme olhamos para o status social da IA e dos robôs. No Direito, nós fazemos uma distinção entre a pessoa e propriedade, e essa é a questão que é feita no episódio sobre o andróide Data: se ele é uma pessoa ou uma propriedade. Porém, nós também temos que reconhecer que “pessoa” é uma dessas palavras que achamos que entendemos até nós realmente começarmos a examiná-la e, então, nós percebemos que “pessoa” é uma construção legal/jurídica muito complicada. Nós temos pessoas metafísicas, que são aquilo sobre o qual conversamos quando falamos sobre eu e você sermos pessoas dotadas de várias propriedades ontológicas ou coisas do tipo. No campo do Direito, “pessoa” é apenas um *status* reconhecível pelo qual você é identificado como uma entidade legal em oposição a um pedaço de propriedade. Então, por exemplo, na Nova Zelândia, é possível estender a personalidade legal a um rio. Isso significa que o rio

tem consciência? Não. Isso significa que o rio é protegido pelo mesmo conjunto de direitos de que uma outra pessoa legal também poderia desfrutar, seja ela uma pessoa natural, como você e eu, seja um pessoa artificial, como uma corporação. E a razão pela qual a Nova Zelândia fez isso foi para proteger o rio de ser destruído pela poluição, e eles fizeram isso por ordem da população indígena que estava tentando protegê-lo de ser tomado pela poluição das indústrias e coisas do tipo. O mesmo aconteceu com animais na Índia, onde golfinhos são considerados pessoas e a razão pela qual o governo indiano ou a Suprema Corte Indiana fez isso foi porque eles querem fechar aquelas exposições como as do *SeaWorld*, com golfinhos saltando. Essas são estratégias legais / jurídicas para tentar estender proteção a uma espécie de animal anteriormente desprotegida. A mesma coisa seria possível para um robô ou para uma IA? Essa é uma pergunta em aberto, mas eu acho que a maneira como você a formula é importante, pois isso nos leva a pensar sobre como reconhecemos o status dessas coisas em nosso mundo. Elas são apenas ferramentas, propriedades ou são uma outra forma de entidade que nós gostaríamos de reconhecer como pessoas legais/jurídicas para fins fiscais, para fins de proteção, para outros tipos de itens legais? Você pode apostar que em algum momento será solicitado que alguém resolva essa questão, seja uma legislatura ou um tribunal, e, nesse momento, decisões relacionadas a essa importante questão começarão a ser feitas. No contexto em que estamos, na maioria dos casos, a resposta tem sido "não, eles não são pessoas". Há alguns anos atrás, a União Europeia apresentou uma proposta sugerindo uma categoria chamada "personalidade eletrônica" para a IA, pois eles queriam refazer sua política tributária para que ela fosse capaz de acomodar um deslocamento de trabalhadores a partir do desemprego tecnológico. A proposta não passou, pois não recebeu o número suficiente de votos, mas este é o primeiro grande esforço a nível nacional - ou, nesse caso, multinacional - de pensar nessa direção. Outros países, como a Estônia e a Malta, também estão pensando em tipos similares de estipulações legais que reconheceriam um tipo de status pessoal reduzido para essas entidades. Assim, eu acho que nós estamos bem no começo do que será um período muito interessante da história. Eu digo aos meus alunos que se eles quiserem fazer algo realmente interessante durante a próxima década eles devem ir para alguma faculdade de Direito, pois em algum momento as pessoas terão que litigar essas questões, e o que resultar disso será realmente informativo para como entendemos nós mesmos e como entendemos estas outras entidades que estamos criando. Elas serão apenas ferramentas ou serão algo mais? Isso retorna para o caso do Data: pessoa *versus* propriedade. Vale destacar que nós ainda não vimos aquele julgamento, como vimos em *Star Trek*, mas meu palpite é que em algum momento nós veremos uma versão dele de alguma forma.

[Entrevistadores]: Você já respondeu em parte, mas esse tema é muito interessante. Em Direito, nós aprendemos que a isonomia não se trata de tratar a todos de maneira idêntica,

mas, pelo contrário, tratar de maneira desigual os desiguais, na medida de sua desigualdade; frase que é praticamente um lugar comum nas faculdades de Direito. Se os robôs adquirirem direitos, isso significa que eles devem ser imediatamente equiparados aos humanos? Porque, se falamos de tributação sobre a riqueza, a riqueza para o homem talvez seja diferente da riqueza para os robôs. Se falamos de tempo de reclusão, talvez passar 30 anos na cadeia pode passar em um piscar de olhos para um robô. Se falamos de direito à herança, precisamos reconhecer vínculos hereditários e necessidades que talvez não façam sentido à programação da máquina. Se falamos em direitos trabalhistas, as reivindicações talvez sejam completamente diferentes. Qual, então, seria o significado de afirmar que um robô é um “ser de direitos”? Quais direitos? Direitos pensados para os homens?

[David Gunkel]: Esta é uma pergunta realmente muito boa, que eu preciso discutir constantemente, pois "direitos" é um daqueles termos que as pessoas realmente valorizam. Nós valorizamos direitos, nós queremos igualdade de direitos para todos, nós queremos acolher as pessoas e dizer: nós não podemos impedir as pessoas de terem esses direitos etc. Assim, direitos são algo que realmente valorizamos e que possuem um tipo de status que para nós é sacrossanto. Nós não brincamos com isso. Porém, precisamos reconhecer que direitos são realmente mal definidos, é um termo guarda-chuva, o que faz com que seja melhor tentarmos ser mais específicos sobre o que nós estamos falando. Eu acho que a coisa mais fácil de dizer é que os direitos para qualquer tipo de entidade, como um robô, serão muito diferentes do que os de um ser humano. Quando dizemos "direitos dos robôs", seja lá o que isso possa significar nós não estamos dizendo "direitos humanos para robôs", nós estamos falando sobre um conjunto de proteções legais para os robôs. Pode se sobrepor a algumas proteções legais dos seres humanos, mas os direitos humanos são muito diferentes dos direitos dos robôs. O mesmo se aplica aos animais. Você pode conseguir um mandado de *habeas corpus* para um elefante, mas isso não dá ao elefante o direito de votar. Você apenas estendeu a ele o direito a um mandado de *habeas corpus*. É isso. Fim da história. Então, eu acho que nós devemos ser muito específicos quanto aos direitos sobre os quais estamos falando. Existe um jurista americano da década de 1920, chamado Wesley Hohfeld, que dizia que qualquer direito pode ser desmembrado em poderes, privilégios, reivindicações e imunidades. Assim, se nós pudermos decompor a palavra "direitos" em algo mais específico, a ameaça e a preocupação não são tão grandes, pois nós podemos estender ao artefato um certo tipo de proteção que não infrinja nossos direitos humanos. Eu lhe darei um exemplo: há dois advogados na França chamados Alain e Jérémy Bensoussan, que dizem que nós poderíamos - e eles dizem "poderíamos", pois nós não estamos realmente lá ainda - começar a pensar em estender o direito de privacidade a assistentes digitais domésticos, pois se você quiser proteger sua família e seus dados o documento dos termos de serviço realmente não

faz um bom trabalho: a *Amazon* espiona você o tempo todo, a *Siri* está sempre escutando o que você diz e a corporação coleta esses dados. Se você realmente quiser proteger sua família, dizem os Bensoussan, talvez você deva dar ao objeto o direito à privacidade. E esse direito, então, pertencerá ao objeto. Por isso, a família poderá se sentir segura conversando na frente da *Siri* ou na frente da *Alexa*. Contudo, essa é uma proposta muito interessante, mas perceba que isso é apenas uma coisa: o direito à privacidade. Não é o direito ao voto, à vida, a nada que nós normalmente reconheceríamos como o conjunto dos direitos humanos. Então, se falarmos sobre direitos muito especificamente e se olharmos para isso de uma forma que os desmembrem em poderes, privilégios, reivindicações e imunidades, nós poderíamos começar a ver como isso pode ser possível da mesma forma como ocorre com os animais - para os quais nós podemos estender certos direitos, mas não daremos a um chimpanzé o direito ao voto, o que é algo sobre o qual sempre ouvimos pessoas reclamando: - Vocês querem dar direitos aos chimpanzés agora? O que vem depois? Nós vamos deixá-los votar? Não. Nós estamos falando sobre um mandado de *habeas corpus*, estamos falando sobre algo muito simples. E eu acho que é dessa forma que devemos olhar para esse problema ou para esse desafio.

[Entrevistadores]: Devo dizer que nós já temos alguns robôs trabalhando conosco na Arqueologia. Então, estou bem curioso para saber como os direitos serão aplicados aos nossos "colegas".

[David Gunkel]: Essa é uma questão muito boa. Não sei sobre robôs usados na Arqueologia, mas li bastante sobre robôs usados no contexto militar. Militares ao redor do mundo estão usando robôs dispensáveis, que ajudam a desarmar bombas para que os seres humanos não explodam; o que é claramente importante e crucial. Esses robôs não são muito espertos, não têm muita IA, geralmente são controlados remotamente. São um tipo de objetos tolos que se parecem com tanques ou braços longos que alcançam e pegam a bomba. Mas acontece que os soldados que trabalham com essas coisas não as veem como ferramentas, mas, sim, como colegas. E há histórias de soldados arriscando as próprias vidas para proteger o robô ou casos em que os robôs são danificados e eles coletam as peças e enviam de volta ao fabricante e dizem: - Queremos o nosso *Scooby Doo* - ou qualquer que seja o nome do robô - de volta. Não queremos um novo, queremos esse, ele é nosso. Isso não é incomum. Isso já aconteceu com os nossos animais domésticos. Houve um tempo em que eram apenas ferramentas de caça ou segurança. Há alguns séculos, se você criasse cães e algum cão não caçasse, você poderia descartá-lo do mesmo modo que descarta uma ferramenta que não funciona, você podia destruí-lo. Meu avô criava cães, e, quando tinha um cão que não caçava bem, ele atirava nele no quintal. É isso o que fazia com uma ferramenta que não funcionava. Isso não seria

aceito hoje porque soaria como algo bárbaro. Hoje nem sou chamado de dono, nos EUA sou chamado de "pai de pet". Eu adotei um cão, não comprei. E o cão é parte da minha família, é um membro dela, não é uma ferramenta que uso no meu cotidiano. O que mudou? O DNA do cão não mudou, é o mesmo cão que tínhamos centenas, milhares de anos atrás. O cão não evoluiu para ser mais consciente ou mais inteligente, é o mesmo animal. O que mudou é a nossa relação com o animal. Vemos nossas interações com robôs desenvolvendo relações sociais que sequer entendemos ainda porque fazemos coisas que, a princípio, parecem loucas, tais como arriscar nossas vidas para salvar os robôs no calor da batalha, trabalhando com esses robôs. Os soldados fazem isso ter sentido, isso é algo que é muito importante para eles. E isso frequentemente é descrito como antropomorfismo. Nós antropomorfizamos as coisas. Portanto, não deveríamos fazer isso porque estamos colocando traços humanos em coisas que não possuem traços humanos. Mas o fato é que toda interação social envolve antropomorfismo, e isso não é um *bug* que precisa ser consertado, é uma característica. Temos de administrar. Temos de descobrir como iremos negociar com esses novos objetos que nos convidam a ter esses tipos de relações sociais. É melhor trabalhar com eles e vê-los como membros do time.

[Entrevistadores]: Foi fantástico, Professor. Eu gostaria de agradecer novamente por estar conosco hoje, por essa incrível conversa que tivemos. E devo confessar que sou grande fã do seu trabalho.

[David Gunkel]: Bem, muito obrigado.

Referências

HEIDEGGER, Martin. **The Question Concerning Technology and Other Essays**. New York: Harper & Row, 1977.

TURING, Alan M. Computing Machinery and Intelligence. **Mind** 49, p. 433-460, 1950.

Disponível em: <https://www.csee.umbc.edu/courses/471/papers/turing.pdf>. Acesso em: 07 nov.

2021.

Fonte oral

GUNKEL, David. J. [jun. 2020]. Entrevistadores: Cleberson Henrique de Moura, Alex da Silva Martire, Leonardo Ogassawara de Araújo Branco. Chicago: EUA; São Paulo: Brasil. 19 de jun. de 2020.

Contribuições para entrevista

Nada a declarar.

Fontes de financiamento

Nada a declarar.

Conflitos de interesse

Nada a declarar.